

PROCESSOS IDENTITÁRIOS NA PÓS-MODERNIDADE

Juliana Orsini da Silva¹

Resumo

O presente estudo tem como objetivo a apresentação de breve revisão teórica sobre o conceito de identidade, a fim de verificar as bases que norteiam os estudos que visam compreender os processos identitários, especificamente, estudos de Stuart Hall no que diz respeito ao descentramento do sujeito pós-moderno. Portanto, por meio da descrição dos pressupostos que norteiam os cinco descentramentos do sujeito ao longo da história, apresento pressupostos por meios dos quais se demonstra como o conceito de identidade fixa e estável foi se modificando, tornando-se fragmentada, aberta, contraditória, inacabada, possibilitando a visão de um sujeito com identidade fugidia, imprevisível e variável.

Palavras-chave: Estudos identitários. Descentramentos do sujeito. Sujeito pós-moderno.

Os estudos identitários iniciaram-se na década de 1990, nas ciências sociais. A discussão fez-se necessária para a compreensão das temáticas sociológicas do final do século XX. “O que se tinha antes era a identidade como um assunto secundário sempre relegado a um segundo plano de discussão ou a uma clivagem mais reflexiva” (ROSA, 2008, p.2). Como observa Bauman (2005, p.23), “não estava nem perto de nosso centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica”. Hoje, esse assunto assume papel central na análise de várias áreas do conhecimento, sendo observada a partir de diferentes prismas.

Rosa (2008) ressalta que alguns autores concebem a identidade sob o ponto de vista da identidade pessoal, do nível do psíquico das identidades e das subjetividades (GIDDENS, 2002; TURKLE, 1997). Porém, outros veem-na como identidade coletiva relacionada a sistemas culturais específicos. Identidade, nessa perspectiva, é entendida

¹ Doutora em Estudos da Linguagem (UEL), Pró-reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão e professora de Língua Inglesa no Centro Universitário Metropolitano de Maringá – UNIFAMMA.

como culturalmente formada, relacionando-se a discussões das identidades coletivas. Autores como Stuart Hall, Zygmunt Bauman, Douglas Kellner, Néstor García Canclini, dentre outros, compreendem o caráter da identidade como representação coletiva, como um conjunto de significados partilhados.

Para compreender de que maneira o conceito de identidade cultural passou a ser discutido na contemporaneidade, é importante destacar, de acordo com Hall (2006, p.7), que o interesse por esse tema se justifica pelo argumento de que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado”.

Desta forma, a identidade na modernidade tornou-se crescentemente problemática e o assunto da própria identidade tornou-se por si só um problema. De fato, somente em uma sociedade ansiosa com sua identidade, poderiam surgir os problemas de identidade pessoal, ou auto-identidade, ou crise de identidade e tornarem-se preocupações e assuntos de debate (KELLNER, 2001, p. 143).

Por conta disso, a chamada “crise de identidade” é vista, segundo o Hall (2006), como parte de um processo mais amplo de mudança, processo esse que desloca as estruturas e processos centrais da sociedade moderna, implicando os quadros de referência dos sujeitos que até então eram ancorados em uma aparente estabilidade no mundo social.

A cultura ocidental, focada no *logos* (razão), tem suas raízes em Descartes, no Humanismo e no Iluminismo, e está atrelada a concepções de uma razão universal, centrada na imagem de homem racional, científico, libertado do dogma, sendo utilitário, consciente e dominador de seus atos.

As sociedades modernas, no final do século XX, estão, segundo Hall (2006, p.9), vivenciando uma mudança estrutural, fragmentando as “paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais”.

Por consequência, essas transformações estão modificando as identidades pessoais, abalando a consciência que o sujeito tem de si mesmo, como sujeitos integrados. “Esta perda de um ‘sentido de si’ estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo descentramento [...] de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo – constitui uma ‘crise de identidade’ para os indivíduos” (HALL, 2006, p.9). E, para Mercer (1990, p.43), “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Diante dessas questões, Hall (2006) sistematiza a noção de Identidade por meio de três concepções que levam em consideração a) o sujeito do Iluminismo; b) o sujeito sociológico; c) o sujeito pós-moderno.

O sujeito do Iluminismo é descrito pelo autor como um sujeito “centrado”, “unificado”, “dotado das capacidades de razão”, “de consciência e de ação”, cujo “centro” era inerente ao sujeito desde seu nascimento. Dessa forma, o “centro” nascia, desenvolvia-se, permanecendo contínuo, idêntico ao longo da existência do indivíduo. “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2006, p.11). Nesse sentido, o autor argumenta que essa era uma visão individualista do sujeito e, por consequência, de sua identidade.

A noção de sujeito sociológico, por sua vez, estava atrelada à complexidade do mundo moderno e à consciência de que o núcleo interior do sujeito não era independente ou “autossuficiente”, mas era oriundo das relações com outras pessoas, valores, sentidos e símbolos que se relacionavam com a cultura do mundo em que o sujeito circulava.

Nessa perspectiva, Hall (2006, p.11) lembra que os interacionistas simbólicos são os representantes da sociologia que elabora a concepção “interativa” da identidade e do eu, sendo a identidade formada na “interação entre o eu e a sociedade”. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado em um diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

A visão atual, segundo o autor, é que o sujeito vivido como tendo uma identidade unificada e estável torna-se, agora, fragmentado, composto não por uma, mas várias identidades, contraditórias ou não resolvidas, muitas vezes.

Esse processo dá margem para a produção do sujeito pós-moderno, aquele que é concebido não com uma identidade “fixa”, “essencial” ou “permanente”, mas “[...] formada e transformada em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p.13).

Nesse viés, identidade não é algo definido biologicamente, mas historicamente e, conforme o autor, o sujeito é constituído por distintas identidades ao longo de sua vida, identidades que não são “unificadas” por meio de um “eu coerente”, porém contraditórias, empurrando o sujeito para diferentes posições de modo que as identificações são constantemente deslocadas.

Para Hall (2006, p.25), a época moderna fez surgir uma nova forma de individualismo, na qual se originou uma nova concepção de sujeito individual e sua identidade. “As transformações associadas à modernidade libertaram o indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas. Antes se acreditava que eram divinamente estabelecidas; não estavam sujeitas, portanto, a mudanças fundamentais.”

Assim, na tentativa de mapear as mudanças conceituais do sujeito, Hall (2006) descreve cinco descentramentos que buscam explicar a mudança na visão de um sujeito com identidade fixa e estável, para seu descentramento, dando origem a um sujeito fragmentado, no qual sua identidade é instável, variável. A seguir, há um esboço sobre as bases teóricas que orientam tais descentramentos.

Descentramento do sujeito moderno: bases teóricas

Ao expor a noção de descentramento do sujeito moderno, ou seja, sobre a transição na visão de um sujeito com identidade fixa e estável, para o seu descentramento, originando-se as identidades abertas, contraditórias e fragmentadas, Hall (2006) lança mão de cinco bases teóricas que dão suporte à sua visão. São elas:



Primeiro Descentramento: pensamento marxista

Para o primeiro descentramento, Hall (2006) refere-se ao pensamento marxista. O Marxismo foi uma doutrina filosófica, econômica, política e social formulada pelos filósofos alemães Karl Marx e Friedrich Engels entre 1848 e 1867.

De acordo com Sousa² (2012), em 1848, Karl Marx e Friedrich Engels propuseram um elaborado arcabouço teórico que tinha o intuito de renovar o socialismo. Tal preocupação já era comum entre pensadores do século XIX, os quais visavam dar respostas aos problemas sociais que se desenvolviam na sociedade capitalista. Nesse sentido, os socialistas utópicos iniciaram reflexões sobre meios pelos quais pudessem ser resolvidas as diferenças expressas entre os membros do proletariado e da classe burguesa.

Marx e Engels, por meio do chamado materialismo histórico, compreenderam que as relações humanas são estabelecidas a partir da forma em que se organizam e são distribuídos os meios de produção entre os seus integrantes. “Dessa forma, as condições socioeconômicas (infraestrutura) acabavam determinando como a cultura, o regime político, a moral e os costumes (superestrutura) se configurariam” (SOUSA, 2012).

Em outras palavras, para o marxismo, o capitalismo é um sistema por meio do qual a burguesia centraliza o capital e os meios de produção, explorando o trabalho do

1 Disponível em <<http://www.brasilecola.com/sociologia/conceitos-marxismo.htm>>. Acesso em: 10 maio 2012.

proletariado. Por consequência, mantém essa classe em uma situação de pobreza e alienação. O marxismo defende ainda que a característica central de qualquer sociedade está no modo de produção, o qual varia com a história e determina as relações sociais. A história seria, nesse viés, o resultado das lutas entre os interesses das diferentes classes sociais.

Hall (2006) refere-se a esse pensamento para traçar o primeiro descentramento do sujeito. Assim, por meio da afirmação de que “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas”, lembra que uma nova interpretação de indivíduo foi constituída. A leitura é de que os indivíduos não poderiam ser os “autores” ou os “agentes” da história, isso porque suas ações dependiam das condições históricas criadas por outros e por meio das quais nasceram, lançando mão de recursos materiais e culturais fornecidos por outras gerações.

Por conta disso, “o marxismo, corretamente entendido, deslocara qualquer noção de agência individual” (HALL, 2006, p.35). O sujeito, nesse viés, é compreendido como cerceado pela ideologia, não tendo domínio da origem de suas palavras, as quais são provenientes de outros discursos já produzidos socialmente e que são retomados pelo sujeito.

Segundo descentramento: inconsciente freudiano

Um segundo aspecto, apontado pelo autor como responsável pela descentramento do sujeito, consiste na descoberta do inconsciente por Freud.

O médico-neurologista Sigmund Freud, nascido em 1856, em Freiberg, na região que viria a ser conhecida como Tchecoslováquia, foi responsável pela revolução no estudo da mente humana.

A genialidade de Freud está em ele haver compreendido que, para apreender as causas secretas que movem um ser, que movem esse outro que sofre e a quem escutamos, é preciso, primeiro e acima de tudo, descobrir essas causas em si mesmo, voltar a si –sempre mantendo

contanto com o outro que está diante de nós – o caminho que vai de nossos próprios atos a suas causas (NASIO, 1999, p.12).

Dentro dos pressupostos do autor, está o fato de a identidade, a sexualidade ou a estrutura dos desejos serem formadas com base em processos psíquicos e simbólicos do inconsciente, não sendo, portanto, mais aceita a noção do indivíduo como um sujeito racional, com identidade fixa e unificada.

A partir dessas noções inseridas por Freud, Hall (2006) vai trazer outros autores, como Jacques Lacan, que asseveram que a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança apreende “gradualmente”, “parcialmente” e com dificuldade. “Ela não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser da criança, mas é formada em relação com os outros” (HALL, 2006, p.37).

[...] a formação do eu no “olhar” do Outro, de acordo com Lacan, inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma e é, assim, o momento da sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica – incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. Os sentimentos contraditórios e não-resolvidos que acompanham essa difícil entrada [...] que são aspectos-chave da “formação inconsciente do sujeito” e que deixam o sujeito “dividido”, permanecem com a pessoa por toda a vida. Entretanto, embora o sujeito esteja sempre partido ou dividido, ele vivencia sua própria identidade como se ela estivesse reunida e “resolvida”, ou unificada, como resultado da fantasia de si mesmo como uma “pessoa” unificada que ele formou na fase do espelho. Essa, de acordo com esse tipo de pensamento psicanalítico, é a origem contraditória da “identidade” (HALL, 2006, p.38).

Reportando, mais especificamente, à pessoa de Jacques Lacan, verifica-se uma vasta produção intelectual. Foi um psicanalista francês nascido em Paris. Formou-se em medicina e especializou-se em psiquiatria com a tese de doutoramento: *A Psicose Paranóica em Suas Relações com a Personalidade* (1932). Em 1934, tornou-se membro da Sociedade Psicanalítica de Paris com o objetivo de resgatar os fundamentos psicanalíticos de Freud, associados ao conceito de inconsciente. Durante sua trajetória profissional, exerceu grande influência sobre a psicanálise francesa dos anos 1970. O

complemento dos estudos de Lacan ao de Freud, na psicanálise, foi a utilização da linguística, da lógica matemática e da topologia em seus trabalhos, uma vez que Freud considerava apenas os conhecimentos da física e da biologia.

Lacan mostrou que o inconsciente estrutura-se como a linguagem. Nesse sentido, tomou como base que o que importa observar, em um paciente em análise, não é tanto o que ele diz, mas como diz. Assim, fez críticas às correntes psicanalíticas norte-americana e francesa, centradas na discussão do imaginário, preferindo identificar, na linguagem, a condição de existência do inconsciente³.

É, portanto, a partir da leitura de Freud feita por Lacan que foi possível compreender a constituição do inconsciente como o lugar do Outro, assim como as relações do inconsciente com a linguagem. Nesse sentido, Lacan explica que a criança que ainda não possui a autoimagem da pessoa inteira imagina-se e vê-se a si própria refletida no espelho.

A formação do eu no “olhar” do Outro inicia a relação da criança com os sistemas simbólicos fora dela mesma, sistemas esses que são internalizados de modo a constituí-la. Dá-se, assim, a sua entrada nos vários sistemas de representação simbólica, incluindo a língua, a cultura e a diferença sexual. Os sentimentos contraditórios e não-resolvidos que acompanham essa difícil entrada – aspectos-chave da “formação inconsciente do sujeito” –, e que deixam o sujeito “dividido”, permanecem com a pessoa por toda a vida (CORACINI, 2003, p.242).

No entanto, segundo Coracini (2003, p. 243), o sujeito vivencia, embora dividido, partido, sua própria identidade como se ela estivesse resolvida, unificada, resultando daí a fantasia de uma pessoa unificada, “formada na fase do espelho”.

A partir desses pressupostos, Hall (2006) assevera que a identidade não é inata, existente na consciência, no momento do nascimento do sujeito, mas se caracteriza como algo formado, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, permanecendo sempre incompleta, “em processo”, sempre “sendo formada”.

³ Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br/biografias/jacques-lacan.html>>. Acesso em: 11 maio 2014.

Nesse sentido, é que o autor sugere falar de “identificação”, e não de identidade, valendo a noção de um processo em andamento. Por isso, “a identidade surge [...] a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros” (HALL, 2006, p.39).

Chnaiderman (1998, p.48), por sua vez, ao tratar do conceito de identidade, diz ser esse polêmico no âmbito da psicanálise. Para a autora, não é um conceito freudiano, mas é desenvolvido mais a partir de analistas que formularam e desenvolveram o conceito de *self*⁴. Freud, de acordo com a autora, tratou de “identidade de percepção” e em “identidade de pensamento”, e isso implica dizer que pensava em formas de funcionamento do aparelho psíquico. Além disso, referiu-se a processos de identificação, termo usado na psicanálise para “definir processos estruturantes que ocorrem no Eu [...] através dos quais este internaliza relações com o mundo circundante, dando lugar a matrizes identificatórias. Em Freud, é forma primitiva de vínculo afetivo com um objeto [...]” (CHNAIDERMAN, 1998, p.48).

Em Lacan, por sua vez, a constituição de um sujeito se dá sempre através de um outro.

Para que ocorra o reconhecimento do eu com a imagem é preciso que ele esteja imerso em uma estrutura simbólica. A linguagem é condição *sine qua non* de constituição do sujeito. A regulação da estruturação imaginária efetua-se através do registro simbólico. É no espaço do Outro que se situa o ponto de onde o sujeito se olha (CHNAIDERMAN, 1998, p.55).

O segundo descentramento, portanto, lança mão dos estudos de Freud e Lacan para mostrar que a identidade não é fixa, constituída no momento do nascimento do sujeito, mas ela é produzida, constituída, transformada, modificada durante a vida por meio de processos inconscientes e oriundos de relações estabelecidas com o Outro.

⁴ Conceito que visa sistematizar a totalidade da experiência do indivíduo, de acordo com o dicionário de *Termos e conceitos psicanalíticos*, “a pessoa total de um indivíduo na realidade, inclusive o próprio corpo e a própria organização psíquica; a ‘própria pessoa’ de alguém, em contraste com ‘outras pessoas’ ou objetos situados fora desse alguém” (MOORE *et al.*, 1992, p.190).

Terceiro descentramento: pressupostos saussureanos

O terceiro descentramento, apontado por Hall (2006), baseia-se nos pressupostos de Saussure.

Saussure foi um linguista e filósofo suíço. Seus pressupostos teóricos contribuíram para o desenvolvimento da linguística enquanto ciência autônoma e serviram de base para o desenvolvimento do estruturalismo no século XX.

Foi precursor, portanto, da linguística moderna, essa entendida como os estudos sincrônicos praticados durante o século XX em oposição aos estudos históricos, do século anterior (FARACO, 2009).

Suas ideias foram disseminadas em uma obra póstuma, chamada *Cours de linguistique générale*. Após três cursos ministrados por Saussure, entre 1907 e 1910, na Universidade de Genebra, em 1916, alguns de seus alunos, valendo-se de notas de aula, editaram o livro seminal da ciência linguística (ILARI, 2009).

Dentre os pressupostos de Saussure, Hall (2006) vale-se de duas de suas dicotomias para explicar o terceiro descentramento. São elas:

1. Significado/significante. Para Saussure, o signo linguístico é arbitrário, o significado não depende da livre escolha de quem fala. Desse modo, o significante é arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade.

2. Dicotomia fundamentada na oposição social/individual, logo língua *versus* fala, sendo a primeira social, e a segunda, individual. Nesse aspecto, Saussure afirma que a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo inconcebível um sem o outro. Implica, ainda, ao mesmo tempo, um sistema estabelecido e uma evolução – “a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado” (SAUSSURE, 2006, p.16).

A língua é, portanto, um produto social da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2006). Na condição de bem comum, a língua traz

consigo toda a experiência histórica acumulada por um povo durante a sua existência. Saussure (2006, p.21) diz que, se fosse possível “abarcara a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua, afinal ela não está completa em ninguém, é só na massa que ela existe de modo completo”.

Dessa forma, mesmo estando internamente armazenada, o indivíduo, “por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade, afinal a língua é a parte social da linguagem, logo exterior ao indivíduo” (SAUSSURE, 2006, p.22).

Nessa perspectiva, Hall (2006) argumenta que os indivíduos não são os “autores” das afirmações que fazem ou dos significados que expressam por meio da língua. Isso porque a língua é um sistema social, e não individual, ou seja, não é possível a utilização da língua para produção de significados apenas assumindo a posição no interior das regras da língua e nos sistemas de significado da cultura. A língua é preexistente ao sujeito, não sendo esse seu autor. Além disso, de acordo com Saussure, os significados das palavras não são fixos, mas surgem nas relações de similaridade/diferença com outras palavras no interior do código da língua.

Dessa forma, Hall (2006) traça um paralelo entre a relação de língua e identidade. Ao citar o exemplo, baseando-se em Saussure, “de que sabemos o que é noite porque ela não é dia”, e em Lacan, de que “[...] eu sei quem eu sou em relação ao outro (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser”, corrobora os pressupostos de Lacan de que a identidade, como o inconsciente, “está estruturada como a língua” (HALL, 2006, p.41).

Quarto Descentramento: genealogia do sujeito moderno e poder disciplinar foucaultiano

O quarto descentramento, apontado por Hall (2006), concentra-se nos pressupostos de Michel Foucault.

Foucault nasceu em uma família tradicional de médicos. Ao interessar-se por história e filosofia, frustrou as expectativas de seu pai, cirurgião e professor de anatomia em Poitiers. Foi apoiado pela mãe, Anna Malapert, mudando-se para Paris em 1945.

Em 1946, entrou na *École Normale*. Era uma pessoa de temperamento fechado e solitário. Em 1948, iniciou um tratamento psiquiátrico após uma tentativa de suicídio. Durante seu tratamento, entrou em contato com a psicologia, a psiquiatria e a psicanálise, lendo Platão, Hegel, Marx, Nietzsche, Husserl, Heidegger, Freud, Bachelard, Lacan e outros. Aprofundou suas leituras em Kant, embora criticasse a noção do sujeito enquanto mediador e referência de todas as coisas. Para ele, o homem é produto das práticas discursivas.

Em 1948, licenciou-se em Filosofia na Sorbonne e, no ano seguinte, em Psicologia. Dois anos depois, entrou para o Partido Comunista Francês, porém foi necessário seu afastamento mediante divergências doutrinárias.

No ano de 1952, cursou o Instituto de *Psychologie* e obteve diploma de Psicologia Patológica. No mesmo ano, tornou-se assistente na Universidade de Lille. Foi professor de psicologia e filosofia em várias universidades, na Alemanha, na Suécia, na Tunísia e nos Estados Unidos.

Tinha uma produção intensa, escrevendo para diversos jornais e atuando como psicólogo em hospitais e prisões. Além disso, viajava por várias partes do mundo realizando conferências.

Mudou-se para a Suécia, em 1955, e, nesse período, conheceu Dumézil, o qual contribuiu para a evolução do pensamento de Foucault. Interagiu, ainda, com intelectuais importantes, como Jean-Paul Sartre, Jean Genet, Canguilhem, Gilles Deleuze, Merleau-Ponty, Henri Ey, Lacan e Binswanger.

Publicou várias obras (lista em anexo), nas quais seu pensamento visava mostrar que é possível lutar contra a dominação representada por certos padrões de pensamento e comportamento, sendo, no entanto, impossível escapar completamente a todas e quaisquer relações de poder.

Seu projeto, em “História da Sexualidade”, ficou inacabado. Nesse, pretendia mostrar como a sociedade ocidental faz do sexo um instrumento de poder, não por meio da repressão, mas da expressão. O primeiro dos seis volumes anunciados foi publicado em 1976 sob o título “A Vontade de Saber”.

Em 1984, pouco antes de morrer, publicou outros dois volumes: “O Uso dos Prazeres”, que analisa a sexualidade na Grécia Antiga, e “O Cuidado de Si”, que trata da Roma Antiga.

Foucault esteve no Brasil por mais de uma vez, realizando conferências e estabelecendo laços. Uma de suas conferências deu-se na PUC do Rio de Janeiro, na qual proferiu sobre “A Verdade e as Formas Jurídicas”.

Também se engajou nos Estados Unidos, local que lhe atraiu em função do apoio à liberdade intelectual. Ainda, nesse país, atraiu-se por São Francisco, cidade onde pôde vivenciar algumas experiências pessoais quanto à sua homossexualidade.

Faleceu em 25 junho de 1984, com 57 anos, em plena produção intelectual⁵.

Portanto, um dos aspectos primordiais de seu pensamento está no fato de que, por meio de uma espécie de “genealogia do sujeito moderno”, configura-se um novo tipo de poder, “poder disciplinar”, no qual há uma regulação, vigilância do indivíduo e do corpo. Os locais que dão espaço a esse poder são as instituições desenvolvidas no século XIX, que “policiam” e disciplinam as populações modernas, como, por exemplo, as escolas, as prisões, os hospitais, as clínicas.

Sendo assim, esse poder disciplinar, descrito por Foucault e retomado por Hall (2006), para explicar o quinto aspecto norteador do descentramento do sujeito, constitui-se como forma de regular as vidas, as atividades, o trabalho, os prazeres dos indivíduos, sob estritos controle e disciplina, “com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento especializado dos profissionais e no conhecimento fornecido pelas ‘disciplinas’ das Ciências Sociais” (HALL, 2006, p.42).

Nesse sentido, Hall (2006, p.43) afirma que “quanto mais coletiva e organizada a natureza das instituições da modernidade tardia, maior o isolamento, a vigilância e a individualização do sujeito individual”.

Quinto descentramento: identidades sexuais e de gênero

⁵Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/paul-michel-foucault.jhtm>>. Acesso em: 12 maio 2014.

O quinto e último descentramento, apresentado por Hall (2006), concentra-se no impacto do feminismo, tanto como crítica teórica como um movimento social. O feminismo é um movimento social que procura defender a igualdade de direitos e *status* entre homens e mulheres em todos os campos da atividade humana. Sua origem data de 1848, na convenção dos direitos da mulher em Nova York.

Tal movimento adquiriu cunho reivindicatório por ocasião das grandes revoluções. As conquistas da Revolução Francesa, cujo lema era Igualdade, Liberdade e Fraternidade, foram reivindicadas pelas feministas. Essa classe acreditava que direitos sociais e políticos provenientes das revoluções deveriam ser estendidos para as mulheres na condição de cidadãs.

Esse movimento fortifica-se com a Revolução Industrial, quando a mulher assume postos de trabalho e é explorada pelo fato de que assume uma tripla jornada de trabalho, dentro e fora de casa.

Assim, o movimento feminista caracteriza-se, sobretudo, como político, na medida em que tem como meta a conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres, garantindo a participação da mulher na sociedade de forma equivalente à dos homens. Também, são movimentos intelectuais e teóricos, pois visam à desnaturalização da ideia de que há uma diferença entre os gêneros⁶.

Para Hall (2006, p.45)

[...] o feminismo teve também uma relação mais direta com o descentramento conceitual do sujeito cartesiano e sociológico: ele questionou a clássica distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “privado” e “público”[...]; ele abriu, portanto, para a contestação política, arenas inteiramente novas de vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc. Ele também enfatizou, como uma questão política e social, o tema da forma como somos formados e produzidos como sujeitos generificados. Isto é, ele politizou a subjetividade, a identidade e o

⁶Disponível em:<<http://www.infoescola.com/sociologia/feminismo>>. Acesso em: 12 maio 2014.

processo de identificação (como homens/mulheres, mães/pais, filhos/filhas). Aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a “Humanidade”, substituindo-a pela questão da diferença sexual.

Portanto, por meio da descrição dos pressupostos que norteiam os cinco descentramentos do sujeito ao longo da história, Hall (2006) demonstra como o conceito de identidade fixa e estável foi se modificando, tornando-se fragmentada, aberta, contraditória, inacabada. Dessa perspectiva, os estudos da pós-modernidade mostram a construção/desconstrução do sujeito, compreendendo a identidade do sujeito como fugidia, imprevisível, variável.

O sujeito pós-moderno é um sujeito camaleônico e, como o camaleão, ele muda constantemente de forma e de cor. Nessa metamorfose, ele não deixa de ser um para ser outro, pois um está imbricado no outro, é sempre o mesmo no diferente e o diferente no mesmo (ECKERT-HOFF, 2008, p.40).

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro : Zahar, 2005.

CHNAIDERMAN, M. Língua(s) – Linguagem (ns) – Identidade(s) – Movimento(s): Uma abordagem psicanalítica. In: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 47-67.

CORACINI, M.J. Subjetividade e identidade do (a) professor(a) de português. In: CORACINI, M. J. (Org.). **Identidade & discurso**: (des) construindo subjetividades. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

ECKERT-HOFF, B.M. **Escritura de si e identidade**: o sujeito-professor em formação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008, p.152.

FARACO, C.A. Estudos Pré-Saussurianos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. v.3. São Paulo: Cortez, 2009, p.27-52.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Título original: Question of cultural identity.

ILARI, R. O Estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol.3. São Paulo: Cortez, 2009, p.53-92.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais, identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001, p.452.

NASIO, J.D. **O prazer de ler Freud**. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p.109. Disponível em <http://books.google.com.br/books>. Acesso em: 05 Maio 2014.

ROSA, G.C. **A discussão do conceito de identidade nos estudos culturais**. Porto Alegre: Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2008, P.133
SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2006, p.273.

SOUSA, R. Marxismo. 2012. Disponível em <http://www.brasilecola.com/sociologia/conceitos-marxismo.htm>. Acesso em 10 de maio de 2014.

TURKLE, S. **La vida enlapantalla: La construcción de La identidad en la era de internet**. Barcelona : Paidós, 1997, p.395.